



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU  
ESTADO DE GOIÁS



**PROJETO DE LEI N.º 10, DE 28 DE março DE 2005.**

Dispõe sobre a regulamentação do Art. 241 da Constituição Federal, quanto aos convênios a serem celebrados pelo Município e o Estado de Goiás, quando o objeto seja o aumento da arrecadação estadual.

**GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES**, Prefeito de Caçu Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhes são conferidas faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a ceder servidor à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, a fim de possibilitar o cumprimento de convênio, acordos ou ajustes, cujo objetivo seja propiciar o aumento da arrecadação estadual.

**Art. 2º** - O servidor Municipal que for colocado à disposição do Estado deverá cumprir as ordens e determinações das autoridades estaduais a que se submeter.

**Art. 3º** - O Município se responsabiliza pelo ressarcimento integral dos prejuízos que seu servidor possa ocasionar à Fazenda Estadual, quando estiver à disposição deste ente.

**Parágrafo único.** O dano causado pelo servidor municipal será apurado pela Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás, com a participação do Município em todas as suas fases.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 581, de 09 de fevereiro de 1989.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, em  
28 de março de 2005.

**GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES**  
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU  
ESTADO DE GOIÁS

Ofício Mensagem nº 009 /2005, de 28 de março de 2005.

Senhor Presidente,

Temos a grata satisfação de encaminhar para apreciação e aprovação dessa Egrégia Casa de Leis, Projeto de Lei que **"Dispõe sobre a regulamentação do Art. 241 da Constituição Federal, quanto aos convênios a serem celebrados pelo Município e o Estado de Goiás, quando o objeto seja o aumento da arrecadação estadual"**.

Em razão do interesse que envolve a matéria, esperamos seja dada à mesma tramitação em caráter de urgência, urgentíssima, de acordo com o disposto no art. 24 da Lei Orgânica Municipal.

Certos de contar com atendimento dos Senhores Edis, reiteramos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Gilmar José de Freitas Guimarães  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **Sebastião Nunes de Sousa**.  
Presidente da Câmara Municipal de Caçu  
Nesta.



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

LEI Nº 581, DE 09 DE FEVEREIRO DE 1989

Autoriza celebração de convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇU:

Faço saber que a Câmara Municipal de Caçu, Estado de Goiás, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, objetivando a permuta de informações de natureza econômico-fiscais e de prestação de assistência para a fiscalização e arrecadação de tributos partilhados entre o Estado e Município, visando incrementar a arrecadação estadual e, consequentemente, aumentar a participação municipal no produto dessa mesma arrecadação.

Art. 2º - Fica, igualmente, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, sem ônus para a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, conceder:

I - imóveis para a instalação e funcionamento de órgãos fazendários do Estado, tais como: Delegacia da Receita Estadual (quando for o caso), AGENFA e Posto Fiscal;

II - veículos, bens móveis e pessoal de seu quadro de servidores, quando julgados indispensáveis à execução de programas conjuntos de fiscalização e arrecadação de tributos estaduais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 1989.

Art. 4º - Revogam as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU, Estado de Goiás, em 09 de fevereiro de 1989.

*Jaime Alves Borges*  
*Dona Maria de Sousa*





ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

**LEI Nº 1333/03, DE 17 DE ABRIL DE 2003**

"Dispõe sobre convênio previsto no art. 241 da Constituição Federal, a ser celebrado pelo Município e o Estado de Goiás".

**RUI ALVES MARTINS**, Prefeito Municipal de Caçu, Estado de Goiás, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a ceder servidor à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, a fim de possibilitar o cumprimento de convênios, acordos ou ajustes, cujo objetivo seja propiciar o aumento da arrecadação estadual.

Art. 2º. O servidor municipal que for colocado à disposição do Estado deverá cumprir as ordens e determinações das autoridades estaduais a que se submeter.

Art. 3º. O Município responsabiliza-se pelo ressarcimento integral dos prejuízos que seu servidor possa ocasionar à Fazenda Pública Estadual, quando estiver à disposição deste ente.

Parágrafo único. O dano causado pelo servidor municipal será apurado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, com a participação do Município em todas as suas fases.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, em 17 de abril de 2003.

  
**RUI ALVES MARTINS**  
Prefeito Municipal

*Certifico para os devidos fins que este documento foi devidamente publicado no placard desta Prefeitura.*

*Claudio N. Silva*  
SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO



*Poder Legislativo*

## *Câmara Municipal de Caçu-GO*

### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação.**

Projeto de Lei nº 10/05, 28/03/2005.

Autoria: Prefeito Municipal

Dispõe sobre a regulamentação do art. 241 da Constituição Federal, quanto aos convênios a serem celebrados pelo Município e o Estado de Goiás, quando objeto seja o aumento da arrecadação estadual.

#### **Relatório:**

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a regulamentação do Art. 241 da Constituição Federal, quanto aos convênios a serem celebrados pelo Município e o Estado de Goiás, quando o objeto seja o aumento da arrecadação estadual. O artigo 241 da Constituição Federal é auto explicativo quanto à possibilidade de transferência, mediante convênio, de serviços, encargos, pessoal, etc. entre os entes federados, cabendo às partes que celebrarão o convênio estipular as cláusulas que o regerão, assim, está a matéria ora analisada em consonância com a nossa Lei Maior, portanto, dentro da legalidade objetiva.

Quanto à ser justo, entendemos que sim, pois, é de interesse do Município de Caçu ter um servidor atuando dentro da Agência da Fazenda Pública Estadual, buscando aumentar a arrecadação de tributos, o que se reverterá em mais verbas ao cofre do Município. Cumpre-nos observar que a redação gramatical é satisfatória.

Destarte, com o respeito à Emenda proposta por esta relatoria e obedecidas as normas regimentais vigentes, manifestamos no sentido de sermos **FAVORÁVEIS** à aprovação da matéria em apreço.

#### **É o Parecer.**

**Sala das Comissões da Câmara Municipal de Caçu**, aos 05 dias do mês de abril do ano de 2005.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Vereador **ZILMAR DIVINO NUNES**  
- RELATOR -

*[Handwritten signature]*